

A produção acadêmica deveria estar em toda cidade? Uma análise teórica da distribuição da pós-graduação

Should academic production be nationalized? A theoretical analysis of the distribution of graduate programs

Matheus Naville Gutierrez

Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP
matngutierrez@gmail.com

Ana de Medeiros Arnt

Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP
anaarnt@unicamp.br

Resumo

O discurso da inserção social da pós-graduação apresenta relevância no meio acadêmico. Partindo de uma fala sobre a concentração da produção acadêmica em grandes centros universitários, esse trabalho tem como objetivo analisar as recentes políticas públicas sobre a pós-graduação buscando compreender a função da pós-graduação e sua inserção geográfica no nosso país. Mostrando uma assimetria regional e contradições nas diretrizes de produção, conclui-se que existe uma grande necessidade de transnacionalizar o discurso acadêmico e permitir o desenvolvimento dos saberes corporificados localizados.

Palavras-chave: políticas públicas, pós-graduação, nacionalização, avaliação, saberes localizados.

Abstract

The discourse of postgraduate social insertion is relevant in the academic environment. Beginning from a speech about the concentration of academic production in large university centers, this work aims to analyze recent public policies on postgraduate studies, seeking to understand the role of postgraduate programs and their geographical insertion in Brazil. Showing a regional asymmetry and contradictions in production guidelines, the work concludes that there is a great need to transnationalize the academic discourse and allow the development of localized embodied knowledge.

Key words: public policies; post-graduation; nationalization, postgraduate evaluation, situated knowledges.



INTRODUÇÃO

A pós-graduação no Brasil tem estruturas históricas próprias e bem estabelecidas, que a colocam como principal local do desenvolvimento científico acadêmico, juntamente com a inovação tecnológica e o aprofundamento intelectual. A organização atual que o meio acadêmico se estrutura cobra uma produtividade dos estudantes, que se envolvem em diversas atividades científicas. Além disso, a pós-graduação também se insere como incubadora de projetos que perpassam o ensino básico, a divulgação e comunicação científica e a formação de professores para o ensino básico.

Nesse interstício de produção científica, extensão universitária, busca pelo ensino universitário e desenvolvimento da educação básica brasileira, o trabalho da pós-graduação pode se perder com o contato geral e a interpretação de sua função com o público. Nisso, surge um problema de separarmos de forma proposital o objeto de pesquisa, a temática da produção científica, da sociedade que circunda a universidade que a desenvolve. Cria-se então uma justificativa de que, ao questionarmos a localidade e a distribuição geográfica dos espaços acadêmicos, propõe-se também entender as relações que a produção científica tem diretamente com a sociedade. Busca-se, portanto, compreender o espaço e o seu arredor, e as pessoas que o preenchem, como partes essenciais do entendimento e compreensão científica.

Justamente nessa linha de raciocínio que gostaria de trazer um questionamento que me fizeram em um evento interno aqui na UNICAMP e que me motivou a refletir e escrever esse artigo. Em um momento de intervalo entre palestras, um desconhecido afirmou que “Toda cidade precisa de uma professora de matemática, de uma médica, de enfermeira, de gari, mas não é toda cidade que precisa de pesquisador de pós-graduação”. A defesa dessa argumentação dentro do próprio meio acadêmico já nos adianta que a forma de relacionar o espaço e as pessoas com a produção e compreensão científica tem se separado cada vez mais.

Nessa justificativa, surge o questionamento inicial sobre esse trabalho: de fato, a pós-graduação precisa estar concentrada em grandes centros urbanos e locais específicos, sem a necessidade de estar em regiões mais remotas e cidades menores? A função da pós-graduação é exclusivamente a produção científica acadêmica? Assim, é melhor manter aglomerado em centros de pesquisa que facilitam o financiamento e a manutenção dos laboratórios?

Coloca-se então como objetivo deste artigo analisar, em um trabalho de caráter teórico, as funções da pós-graduação no território brasileiro, sua importância em caráter local e as suas correlações com o ensino e divulgação científica.

Para a realização desse trabalho, o foco será na análise do documento do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG), canalizando-se no último documento publicado pelo governo federal, referente aos anos de 2011-2020, juntamente com outros documentos de políticas públicas relevantes para a temática.

ANÁLISE DO PLANO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO (PNPG)

A distribuição da pós-graduação no Brasil

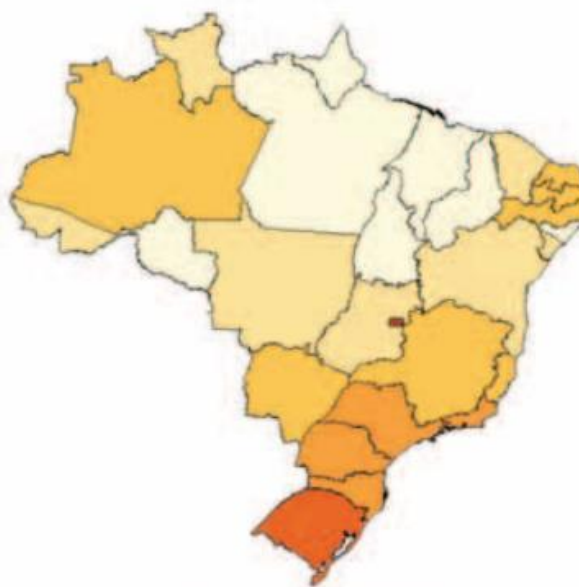
Primeiramente, mostra-se necessária a compreensão da distribuição da pós-graduação no Brasil. O PNPG 2011-2020 realizou um levantamento dos programas de pós-graduação no território nacional e a quantidade de matrículas em cursos de mestrado e doutorado acadêmicos. Os dados mostram uma questão bem peculiar para esse nível de formação acadêmica.



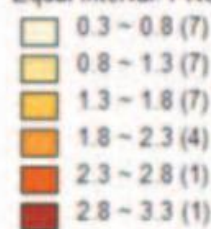
O dado inicial que se sobressai é a da discrepância e assimetria entre as regiões brasileiras, com uma alta concentração de programas nas regiões sul e sudeste. Comparativamente, é possível perceber a quantidade inferior de programas nas regiões centro-oeste, nordeste e norte. Porém, quando se realiza um recorte populacional, trazendo a proporção de programas de pós-graduação para cada 100 mil habitantes, esses dados se alteram. O Estado com o maior número de programas de pós-graduação, São Paulo, não apresenta a maior taxa de programa por 100 mil habitantes, sendo esse posto ocupado pelo Distrito Federal. Importante ressaltar também que essa base estatística apresenta uma defasagem histórica pelo próprio atraso do governo federal em atualizar os dados e lançar o Plano Nacional de Pós-Graduação de 2021-2030, ainda em processo inicial de elaboração. Esses dados podem ser observados na figura abaixo:

Figura 1: Distribuição de programas de pós-graduação por 100 mil habitantes

UF	Programas (2009)	População em milhões (2007)	Programas /100 mil
AC	5	0,66	0,8
AL	20	3,04	0,7
AM	45	3,22	1,4
AP	3	0,59	0,5
BA	112	14,08	0,8
CE	78	8,19	1,0
DF	82	2,46	3,3
ES	44	3,35	1,3
GO	57	5,65	1,0
MA	18	6,12	0,3
MG	273	19,27	1,4
MS	33	2,27	1,5
MT	23	2,85	0,8
PA	51	7,07	0,7
PB	63	3,64	1,7
PE	109	8,49	1,3
PI	19	3,03	0,6
PR	183	10,28	1,8
RJ	344	15,42	2,2
RN	52	3,01	1,7
RO	6	1,45	0,4
RR	4	0,40	1,0
RS	252	10,58	2,4
SC	112	5,87	1,9
SE	21	1,94	1,1
SP	703	39,83	1,8
TO	7	1,24	0,6
Total	2719	183,99	1,5



Equal Interval: PROGRAMAS



Fonte: Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020, vol. 1, CAPES.

Apesar de um aparente nivelamento entre os Estados brasileiros quando colocados na perspectiva proporcional da população, os números brutos dos programas são notoriamente

discrepantes, com Estados não chegando a uma dezena de programas. Somando-se a esse dado, o Brasil está abaixo no número de pós-graduados comparativamente a outros países. Segundo o próprio PNPG, enquanto o Brasil apresenta uma média de 1,4 doutor a cada mil habitantes, a Suíça apresenta uma média de 23, Alemanha de 15,4; Canadá em 6,5 e Austrália em 5,9 (CAPES, 2010a). Esses dados podem ser visualizados na tabela 1 abaixo:

Tabela 1: Número de doutores por mil habitantes em alguns países em 2008

País	Doutores por mil habitantes¹
Suíça	23,0
Alemanha	15,4
EUA	8,4
Canadá	6,5
Austrália	5,9
Brasil	1,4
Argentina	0,2

Fonte: Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020, vol. 1, CAPES.

Portanto, apesar da assimetria entre os Estados diminuir nessa perspectiva estatística, a realidade nos mostra que, no geral, o Brasil forma um número muito inferior de doutores comparativamente com o resto do mundo, e essa formação ainda se concentra majoritariamente no eixo sul-sudeste.

Apresentado o levantamento da formação em pós-graduação, pode-se perceber que existe um número muito baixo de pessoas formadas nesse nível de ensino. Retornando no questionamento inicial, se considerarmos a necessária expansão da pós-graduação, ela precisa focar em criar nivelamento geográfico, ou continuar o foco no eixo que já está atuante?

A função da pós-graduação: definições e propostas

O discurso anterior e o que iniciou esse trabalho partem de uma lógica específica de atuação da pós-graduação, de produtivismo científico. Considerando o documento escolhido para a análise neste trabalho, podemos também extrair algumas análises e direcionamentos colocados para a pós-graduação. Inicialmente, podemos buscar logo no início do documento a definição do foco essencial do trabalho na pós-graduação:

O núcleo da pós-graduação é a pesquisa. A pesquisa depende de treinamento e exige dedicação plena ao estudo, sendo a tarefa das instituições acadêmicas

¹ Os dados consideraram a população na faixa etária de 25 a 64 anos

e institutos de pesquisa, públicos ou privados, aliar este e aquela. Os resultados da pesquisa, ao serem aplicados, levam a tecnologias e a procedimentos, podendo ser usados no setor público e no sistema privado, e fazendo do conhecimento e da tecnologia uma poderosa ferramenta do desenvolvimento econômico e social (CAPES, 2010a, p. 18).

Logo, o discurso sobre a concentração da pós-graduação em uma única região encontra base para se corroborar. É mais fácil seguir o objetivo de pesquisar em um único local. Porém, nesse trecho já se abre a possibilidade de uma reflexão mais aprofundada e ampla sobre o desenvolvimento econômico e social que a pesquisa científica e tecnológica pode permitir. O foco que a pesquisa acadêmica tem no trabalho realizado na pós-graduação não pode ser um fator limitante à reflexão social, econômica e política dessa formação.

No segundo volume do PNPG, é apresentada uma nova proposta para o trabalho da pós-graduação no Brasil. Sem desconsiderar a importância e os resultados que a pesquisa de base e autônoma permite para o país, o documento propõe uma inserção local e social do desenvolvimento da pesquisa, como podemos observar no trecho abaixo:

Temos em mente duas em especial. 1. a criação de instrumentos que possibilitem a atenuação da distância entre a produção do conhecimento e sua apropriação pública e 2. a participação da universidade enquanto instituição na formulação e/ou implementação das metas nacionais de desenvolvimento. A primeira das frentes de trabalho, extensiva a muitas áreas, das ciências da natureza às ciências humanas, das artes às tecnologias, visa abrir espaço na universidade para o que se pode chamar de escuta social. Demandas provenientes dos vários setores da sociedade encontrariam uma escuta privilegiada, capaz de articular as demandas postas na mesa pela sociedade aos recursos intelectuais/acadêmicos disponíveis. É inaceitável que os impasses da vida social não possam se beneficiar da capacidade instalada nas instituições universitárias (CAPES, 2010b, p. 9).

Nas próprias propostas nacionais para a pós-graduação já existe um anseio de relacionar as questões locais e sociais com a pesquisa desenvolvida na pós-graduação. Apesar disso, é notável que mesmo essa política pública tenha sido promulgada em 2010 com perspectivas de mudanças e adequações ao decorrer da década, é possível perceber uma estagnação no discurso e no trabalho da pós-graduação, justamente por existir a defesa do discurso de concentração da pesquisa em um único local.

Uma inserção da pós-graduação em questões sociais, econômicas e políticas proposta pelo PNPG está na participação direta no ensino básico. O documento apresenta um capítulo inteiro dedicado ao assunto, trazendo perspectivas relevantes para a discussão proposta. O primeiro ponto interessante colocado é que o trabalho com a educação básica não seja restrita apenas para programas da área da educação, mas que seja multidisciplinar e coletivo, envolvendo áreas como a engenharia e as ciências políticas (CAPES, 2010a). Assim, o documento continua seu discurso propositivo com uma lista de temas que elencam como importantes para a pesquisa acadêmica, que são detalhados em subcapítulos na sequência do documento oficial, sendo eles:

1. a caracterização do padrão mínimo de qualidade referido no artigo 206 da Constituição Federal; 2. a formação e a valorização dos profissionais da

educação; 3. o rendimento da aprendizagem e a garantia do direito de aprender; 4. a “definição” dos objetivos da educação básica em face do aumento das atribuições das escolas; 5. a gestão das escolas e dos sistemas escolares; 6. a definição das responsabilidades e o estabelecimento do regime de colaboração. (CAPES, 2010a, p.166).

Uma análise possível dessas temáticas propostas pelo PNPG 2011-2020 é o foco em perspectivas quantitativas de pesquisa e desenvolvimento acadêmico, principalmente na questão de rendimento escolar, avaliação escolar e dos estudantes, e a gestão das escolas e dos sistemas escolares. Mesmo em uma perspectiva mais abrangente de pesquisa multidisciplinar, o método de realização dessas pesquisas foi voltado para as questões mais duras e invariáveis, remetendo ao modo de pesquisa mais frequente nas universidades.

Novamente, com o encerramento do ciclo do documento, podemos perceber que essas propostas foram suprimidas do fazer acadêmico cotidiano, principalmente nas questões multidisciplinares. As pesquisas que tratam sobre os assuntos propostos acima são diretamente das áreas da educação, e muito raramente são advindas de outras áreas do conhecimento. Existe uma diferença entre aquilo que foi proposto enquanto diretriz nacional para a pós-graduação e o foco de trabalho rotineiro nas instituições de ensino superior, e justamente onde nasce o discurso produtivista concentrado. Como explicar essa diferença?

A justificativa do discurso da concentração geográfica da pós-graduação

Juntamente com toda a historicidade e naturalização de um modo de produção que foi concretizado na pós-graduação, um parâmetro que pode auxiliar a discussão é a Avaliação Quadrienal de Permanência da pós-graduação stricto sensu no Brasil.

Apesar do alarmante atraso, a Avaliação Quadrienal 2017-2020 foi divulgada recentemente, apontando certas diretrizes para o trabalho acadêmico, considerando aspectos que foram cobrados e avaliados, declarando que o objetivo dessa avaliação é “zelar pela qualidade dos programas de pós-graduação” (BRASIL, 2021).

O documento que consolidou os procedimentos avaliativos já demonstra um objetivo claro para o que deve ser considerado para definir a qualidade da pós-graduação no Brasil, descrevendo a seção que define o parâmetro como “Avaliação da Produção Intelectual”. Os parâmetros considerados são separados em três quesitos, que pode ser observado abaixo:

Quesito 1 - Programa: destinado a avaliar o funcionamento, estrutura e planejamento do programa de pós-graduação em relação a seu perfil e seus objetivos, [...]

Quesito 2 - Formação: destinado a avaliar o foco na qualidade dos recursos humanos formados, [...]

Quesito 3 - Impacto: destinado a avaliar os impactos gerados pela formação de recursos humanos e a produção de conhecimentos do programa, [...] (BRASIL, 2021, p.33).

Cada um desses quesitos apresenta categorias de avaliação mais detalhadas e específicas, mas que sempre utilizam como foco principal a produção intelectual acadêmica, seja em artigos científicos, capítulos de livros ou livros completos, orientações, ou internacionalização e

visibilidade científica do programa (BRASIL, 2021). Cada um dos itens dos quesitos listados acima recebem uma conceituação entre muito bom, bom, regular, fraco e insuficiente, e a depender do tempo de existência do programa e dos conceitos dados para cada quesito, o programa recebe uma nota CAPES, pontuada de um a sete. Interessante considerar que para receber a nota sete, a mais alta, o programa precisa necessariamente apresentar relevância internacional em publicações em revistas científicas, independentemente da área de atuação do programa.

Retomando o discurso da concentração da produção científica acadêmica, tal lógica argumentativa encontra terreno fertilíssimo considerando a Avaliação da CAPES. Buscar uma produção científica que atenda o volume e a qualidade que a CAPES exige para subir ou manter a nota do programa a mais elevada possível, permitindo que grandes universidades consigam mais programas relevantes e assim permitir maior financiamento público das pesquisas. A produtividade acadêmica é a que direciona e molda as diretrizes para o trabalho dos programas de pós-graduação e o foco dos pós-graduandos.

Nota-se que existem outros parâmetros dentro do cotidiano acadêmico que direcionam a produção para fins unicamente acadêmicos, como exigências para concursos públicos para contratação de docentes efetivos, financiamento de projetos com agências de fomento estaduais e outros.

Assim, revela-se a contradição do meio acadêmico, que assume a necessidade de expandir os locais de atuação, criar produções interdisciplinares, que se envolvam no ensino básico e permita o envolvimento social da produção acadêmica, mas que ao ser avaliada e pontuada, ainda mantém quesitos unicamente produtivistas e tecnicistas, criando assim discursos problemáticos no nosso cotidiano acadêmico.

A TRANSNACIONALIZAÇÃO E OS SABERES LOCALIZADOS

Pontuando as problemáticas estabelecidas nas diretrizes das políticas públicas para a organização e avaliação da pós-graduação, cabe questionar os saberes e sujeitos que se formam nessa lógica e a possibilidade de discussão crítica para esse nível educacional específico.

Primeiramente, é necessário evocar novamente o discurso inicial que direcionou este trabalho. Pensando na perspectiva de formação centralizada e concentrada em grandes instituições de pesquisa em regiões centrais do país, quais saberes essa perspectiva de trabalho desenvolve, quais sujeitos são formados partindo desse pressuposto? Uma discussão possível é o trabalho de Donna Haraway (2009) sobre os saberes localizados.

Cabe assim questionarmos: quem pode pesquisar, quem teria os meios necessários para desenvolver uma pesquisa científica e fabricar conhecimentos? A argumentação feita pela autora é que, ao trazer o pressuposto de desenvolvimento científico que seja exclusivamente da observação neutra e insípida, cria-se um pesquisador descorporificado, que permanece apenas a sua visão afastada e sem corpo para fabricar conhecimento científico. Construir saber científico precisa apenas de uma visão externa, o que é irreal, já que toda a visão, todo observador, é dotado de um corpo, mesmo quando utilizadas tecnologias de aprimoramento visual, a análise e a fabricação científica são feitas por um corpo que deve ser marcado. Nesse sentido, pode-se adicionar o trecho a seguir:

Os olhos têm sido usados para significar uma habilidade perversa - esmerilhada à perfeição na história da ciência vinculada ao militarismo, ao capitalismo, ao colonialismo e à supremacia masculina - de distanciar o sujeito cognoscente de todos e de tudo no interesse do poder desmesurado. Os instrumentos de visualização na cultura multinacional, pós-moderna, compuseram esses significados de des-corporificação. As tecnologias de visualização aparentemente não têm limites; A visão nesta festa tecnológica transforma-se numa glutoneria desregulada; [...] todas as perspectivas cedem passagem a uma visão infinitamente móvel, que parece ser não mais apenas a respeito do truque mítico de deus de ver tudo de lugar nenhum, mas da transformação do mito em prática comum. [...], Mas é claro que esta apresentação da visão infinita é uma ilusão, um truque de deus. (HARAWAY, p. 19 e 20, 2009)

Retornando ao ponto inicial do artigo, a ideia de que o desenvolvimento científico deve se manter apenas em grandes centros condiz com essa perspectiva detalhada por Haraway. O cientista que se coloca apenas como aquele que pesquisa uma ciência neutra e afastada do território, do social e do político, é um pesquisador que tenta se descorporificar, que se apresenta apenas como visão, e existem corpos específicos que podem utilizar dessa visão descorporificada. “Apenas aqueles que ocupam as posições de dominadores são autoidênticos, não marcados, incorpóreos, não mediados, transcendentais, renascidos.” (HARAWAY, p. 27, 2009).

Assim, pode-se refletir sobre a lógica da produção científica que se descorporifica, se autointitula local do desenvolvimento científico e possibilita observar e analisar outros corpos e outras formas sociais. Coloca-se assim que os corpos e os territórios externos só servem para serem analisados e nunca sujeitos que desenvolvem a pesquisa sobre si. Na tentativa de superar essa ideia, Haraway propõe o desenvolvimento dos saberes localizados, que possam ser associados com a visão e que valorizem o corpo que fabrica o conhecimento.

Precisamos aprender em nossos corpos, dotados das cores e da visão estereoscópica dos primatas, como vincular o objetivo aos nossos instrumentos teóricos e políticos de modo a nomear onde estamos e onde não estamos, nas dimensões do espaço mental e físico que mal sabemos como nomear. [...] A moral é simples: apenas a perspectiva parcial promete visão objetiva. [...] A objetividade feminista trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto. Desse modo podemos nos tornar responsáveis pelo que aprendemos a ver. (HARAWAY, p. 21, 2009).

A nacionalização das universidades e dos programas de pós-graduação, ocupando e valorizando o território brasileiro, é uma forma de criarmos uma possibilidade de diversificar os sujeitos que pesquisam, os corpos que observam e constroem a ciência, e atender a essa objetividade local e corporificada descrita por Haraway.

Retomando a questão dos saberes localizados e dos corpos que produzem e pesquisam ciência, pode-se aprofundar nesse discurso apontando questões interpretativas sobre essa temática. Quando diz que ao buscar uma produção que considerem os saberes localizados e os corpos de quem os produz, não se defende um relativismo que justifique qualquer produção advinda desses locais, mas sim uma percepção metodológica rigorosa que conteste as maneiras de se ver e se defender o conhecimento produzido.

Assim, como muitas outras feministas, quero argumentara favor de uma doutrina e de uma prática da objetividade que privilegie a contestação, a desconstrução, as conexões em rede e a esperança na transformação dos sistemas de conhecimento e nas maneiras de ver. Mas não é qualquer perspectiva parcial que serve; devemos ser hostis aos relativismos e holismos fáceis, feitos de adição e subsunção das partes. (HARAWAY, p. 24, 2009)

Assim, mostra-se a importância dos saberes localizados, que não são apenas marcados por uma única forma de se auto entender sujeito, mas que considere as questões de gênero, raciais, territoriais e históricas. Essas perspectivas que possibilitam a argumentação crítica e rígida exigida pela ciência se beneficia de forma exponencial quando se possibilita a inserção em camadas que não acessam o ensino superior e a pesquisa em pós-graduação. O saber localizado não é somente aquele feito em um local, mas pelos corpos que habitam, pensam e compreendem as relações formativas dos sujeitos daquele local.

Juntamente com as argumentações da construção do conhecimento científico, pode-se somar a essa discussão a questão institucional e estrutural da pós-graduação e da universidade pública, buscando compreender a sua formação e estabelecimento, e também os ataques e desmontes que vem recebendo atualmente.

Em uma análise histórica recente sobre as universidades públicas, Boaventura de Sousa Santos (2011) denuncia os desmontes causados pela lógica neoliberal globalizada, principalmente nos projetos nacionais, importantes para países em desenvolvimento como o Brasil. O autor argumenta que a crise estabelecida pela globalização neoliberal enfraqueceu diretamente às universidades públicas, e que existe um caminho possível para a sua superação, através do que ele chama de globalização contra hegemônica. Pode-se entender essa proposta no trecho:

A reforma tem por objetivo central responder positivamente às demandas sociais pela democratização radical da universidade, pondo fim a uma história de exclusão de grupos sociais e seus saberes de que a universidade tem sido protagonista ao longo do tempo e, portanto, desde muito antes da atual fase de globalização capitalista. [...] O objetivo consiste em resituar o papel da universidade pública na definição e resolução coletiva dos problemas sociais. (SANTOS, p. 56 e 57, 2011).

Assim, mostra-se que a luta atual contra um sistema neoliberal que busca desestabilizar a universidade pública passa necessariamente pela sua definição de instituição de resolução de problemas sociais, de inserção local e de democratização do ensino superior. Um ideal unicamente produtivista da pesquisa acadêmica corrobora-se com essa lógica neoliberal que afasta sujeitos e exclui saberes, degradando diretamente a universidade pública.

Ainda na questão da legitimidade da universidade, o autor debate diretamente sobre a valorização do território nacional e da transnacionalização da pesquisa científica. Na própria luta pela definição de universidade e dos sujeitos que podem - e devem - pesquisar, mostra-se que “Não é sustentável e muito menos recomendável, do ponto de vista de um projeto nacional educacional, um sistema universitário em que as pós-graduações e a pesquisa estejam concentradas numa pequena minoria de universidades.” (SANTOS, p. 65 e 66, 2011). Mostra-

se assim uma questão direta sobre a necessidade de ampliar e democratizar a universidade, fugindo do discurso de concentração da pesquisa em grandes centros.

A manutenção da universidade enquanto instituição essencial para um projeto de país democrático perpassa pela sua transnacionalização, pela valorização da pesquisa local e do território brasileiro ocupado por uma população diversa e ampla que precisa protagonizar suas pesquisas e suas formações identitárias.

CONCLUSÃO

Para iniciarmos esse momento conclusivo, mostra-se essencial compreender que o desenvolvimento dos saberes localizados proposto por Haraway não pode ser romantizado e colocado como inquestionável. É essencial entender que esse é o primeiro passo em uma trajetória que valoriza os corpos e os sujeitos que produzem, e que permitem um trabalho crítico essencial para a existência desses corpos. Dessa forma, não é dentro um espaço de inocência e conhecimento puro e neutro que se produzem os saberes localizados, por isso não tomar de modo acrítico, todavia é a partir destes saberes, produzidos por sujeitos que vivenciam espaços historicamente negligenciados e/ou silenciados que se reconhece, também, problemáticas que são comumente ignoradas e invisibilizadas pela academia tradicional (HARAWAY, p. 23, 2009).

A organização da pós-graduação atravessa questões políticas, históricas e sociais, e apresenta certas contradições na sua prática, considerando o que é diretriz promulgada pelo Plano Nacional da Pós-graduação, e o que é avaliado e valorizado, pela avaliação quadrienal da CAPES. Essa contradição possibilita certos discursos produtivistas, que acredita ser mais vantajoso a concentração da produção acadêmica em poucas instituições em grandes centros urbanos.

Por fim, a argumentação mostra que a universidade deve ser personagem essencial para a formação de projeto de país que combate as desigualdades causadas pela globalização neoliberal e que valoriza o território e seus sujeitos, permitindo que os corpos produzam conhecimentos localizados e de importância local e social. Assim, a democratização do acesso ao ensino superior e aos meios de pesquisa acadêmica deve ser pauta essencial para possibilitar o desenvolvimento da ciência, tecnologia e da educação básica brasileira.

AGRADECIMENTOS E APOIOS

O desenvolvimento desse trabalho em curso de doutorado foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior – Brasil (CAPES) – código de financiamento 001. Agradecimentos também ao grupo de Pesquisa de Educação em Ciências (PEmCie).

REFERÊNCIAS

BRASIL, Portaria nº 122, de 5 de agosto de 2021. Consolida os parâmetros e os procedimentos gerais da Avaliação Quadrienal de Permanência da pós-graduação strictu sensu no Brasil. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 9 ago 2021.



**XIV
ENPEC**

Caldas Novas - Goiás

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES. **Plano Nacional de Pós-Graduação [PNPG] 2011-2020**. Brasília, CAPES, v. 1., 2010a.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES. **Plano Nacional de Pós-Graduação [PNPG] 2011-2020**. Brasília, CAPES, v. 2., 2010b.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 5, p. 7–41, 2009.

SANTOS, B. S. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 3ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

